

DOCUMENTOS^(*)

AS CATEGORIAS HISTÓRICAS DO TRABALHO NOS CENSOS LATINO-AMERICANOS

HISTORICAL CATEGORIES OF LABOR IN LATIN AMERICAN CENSUSES

*André Gambier Campos^(**)*

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília (DF), Brasil

Resumo: Este artigo enfoca o histórico das categorias de trabalho nos censos demográficos dos países latino-americanos. Mais do que oferecer respostas, ele procura formular perguntas sobre como, desde o início do século XIX, evoluíram as categorias analíticas relativas ao trabalho nos censos. Este documento integra um esforço inicial de elaboração de uma agenda de pesquisa, que ainda está por se desenvolver no futuro — uma agenda dedicada à história das estatísticas censitárias na América Latina.

Palavras-chave: Categorias analíticas; Censos; America Latina.

Abstract: This article focuses on the history of labor categories utilized in demographic censuses of Latin American countries. More than answers, it tries to formulate questions about how, since the early nineteenth century, changed the analytical categories of labor in the censuses. This article represents an initial effort to establish a research agenda, which is yet to develop in the future — an agenda focused in the history of censuses statistics in Latin America.

Keywords: Analytical categories; Census; Latin America.

(*) Nota dos Editores: a série “*Documentos*” dos Cadernos Prolam/USP — *Brazilian Journal of Latin American Studies* — objetiva apresentar ao público documentos especiais e propostas de estudo com nível de Mestrado ou Doutorado em fase de andamento. No caso, o documento é um projeto de pesquisa, cuja relevância e originalidade deu motivo para publicação.

(**) Doutor, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em Brasília. *E-mail:* <andre.campos@ipea.gov.br>. Recebido em: 22.04.2014, aceito em: 27.05.2014.

Este documento enfoca o histórico das categorias analíticas de trabalho nos censos demográficos de alguns países latino-americanos. Mais do que trazer respostas definitivas, ele procura abrir espaço para perguntas sobre como, desde o início do século XIX, evoluíram as categorias relativas ao trabalho nos censos.

Em verdade, este artigo integra um esforço de elaboração de uma agenda de pesquisa, que ainda está por se desenvolver no futuro. Uma agenda preocupada com a história das estatísticas censitárias; sendo estas compreendidas não como instrumentos, mas sim como objetos de análise (SENRA, 2008).

De início, diga-se que a realização de censos foi uma preocupação de diversos países latino-americanos, desde seu surgimento como nações independentes no século XIX. Esses censos permitiram que os Estados conhecessem seus cidadãos — em termos de agregados, distribuições e perfis —, o que se revelou crucial para sua estruturação (SENRA, 1996, 1998, 1999, 2002).

Nesse sentido, o México realizou um censo, com características ‘*modernas*’, no ano de 1895. O Brasil efetuou um censo desse tipo um pouco antes, no ano de 1872. Já o Chile realizou um censo muito antes, no ano de 1813. Desde então, esses países dedicaram-se a efetuar recenseamentos, que estiveram a cargo de órgãos estatais e especializados na produção de informações (IBGE, 2006; INE, 2009; INEGI, 1996; SENRA, 2009).

Como características gerais de tais censos, que se tornaram mais claras no decorrer do tempo, talvez se possam mencionar as seguintes: informações coletadas por funcionários estatais, com periodicidade quase decenal, mediante a realização de entrevistas domiciliares, abrangendo toda a população e todo o território, com uso de métodos de levantamento planejados, por meio de instrumentos de coleta padronizados, seguindo os cânones internacionais e enfocando aspectos cada vez mais numerosos e complexos da vida da população (SENRA, 1999).

A respeito desta última característica, vale ressaltar que, de modo crescente ao longo do tempo, os censos se constituíram em pesquisas de múltiplos propósitos. Com eles, os Estados pretenderam recolher informações sobre o tamanho da população, sua localização no território, seu perfil e assim por diante. Ademais, informações não só sobre a população em sentido estrito, mas também em sentido ampliado, incluindo sua habitação, seu entorno geográfico, entre outros temas.

Com uma abordagem histórica, a agenda de pesquisa descrita neste artigo pretende verificar como as categorias analíticas de trabalho, utilizadas pelos censos latino-americanos, variaram no decorrer do tempo, ou seja, tal agenda almeja focar sua atenção em temas relacionados à inserção da população no mercado laboral (participação, desocupação, ocupação, rendimento etc.). Dessa forma, não se pretende esgotar a quantidade e a multiplicidade de informações presentes nos censos, de forma alguma.

A importância de focar em temas vinculados ao trabalho está em que, desde que o trabalho forçado foi abolido (ao menos da normatividade estatal), a configuração da cidadania nos países latino-americanos sempre dependeu da inserção de cada indivíduo no mercado laboral. O fato de conseguir uma ocupação (e, principalmente, uma ocupação reconhecida pelo Estado) sempre foi algo decisivo para tal indivíduo se converter

em um cidadão, *de jure et de facto*. E não só da perspectiva social, como pareceria mais óbvio; mas, por vezes, também da ótica civil e política (BETHELL, 2000; CARDOSO, 2010; CARVALHO, 1995; GOMES, 2005; PAOLI, 1985; SANTOS, 1979).

Seja como for, para verificar a transformação das categorias analíticas de trabalho ao longo do tempo, a ideia é se concentrar em países como o México, o Brasil e o Chile. Isso porque, como indicado acima, eles disponibilizam materiais relacionados a censos em uma escala temporal bastante ampla (desde o início do século XIX até o começo do XXI). Além disso, disponibilizam materiais de diferentes espécies, como instrumentos de coleta de informações, manuais de metodologia de coleta e compêndios com resultados sistematizados.

Nesses países, os censos trazem um imenso número e uma extensa variedade de informações sobre trabalho. As categorias analíticas em que recaem essas informações podem se referir à participação de cada indivíduo no mercado, à sua ocupação, à sua desocupação, à sua remuneração e assim por diante. E, dentro de cada um desses pontos, pode haver ainda outros mais. Por exemplo, quanto à ocupação, tais categorias podem se referir à situação do indivíduo-trabalhador diante do capital ou ao reconhecimento de sua ocupação por parte do Estado.

Apesar do risco de incidir em erros, ao tentar observar fenômenos do passado com lentes concebidas para fenômenos do presente, a agenda de pesquisa descrita neste documento opta por estudar os censos dos países citados, enfocando como as categorias analíticas refletem a estrutura do mercado laboral, do início do século XIX até o começo do XXI.

Nesse período, a estrutura de tal mercado foi definida pela intersecção de três dinâmicas. Uma primeira (“*demográfica*” ou “*social*”) foi responsável pela oferta laboral, encarnada pelos trabalhadores. Uma segunda (“*econômica*”) foi responsável pela demanda laboral, a cargo das empresas. E uma terceira dinâmica (“*política*”) foi responsável pela regulação do encontro entre a oferta e a demanda — regulação constituída pelo Estado e pelos sindicatos (BENSUSÁN, CARDOSO e SENEN, 2007; CACCIAMALI, 1988; CARDOSO, 2010; TOLEDO, 2000; CARDOSO, 2010; TOLEDO, 2000).

Ao focar as categorias analíticas que refletem a estrutura do mercado laboral, a intenção é analisar em que instantes, e sob que condições, surgem referências:

- I. à ideia de participação do trabalhador no mercado laboral, seja por meio da ocupação ou da desocupação;
- II. à noção de idades mínimas e máximas para essa participação;
- III. à ideia de desocupação involuntária, que não se confunde com a inatividade;
- IV. à noção de que, na ocupação, há diferentes modos do trabalhador se posicionar diante do capital e do Estado.

O mero fato de que, em determinados momentos, surgiram referências a essas categorias de participação, desocupação e ocupação já representa uma informação relevante. E, obviamente, a forma como elas surgiram e se modificaram nos momentos seguintes

é outra informação importante. Afinal de contas, esse movimento das categorias analíticas dos censos reflete outras dinâmicas, que se fizeram sentir na história mexicana, brasileira e chilena.

A este respeito, podem-se mencionar várias dinâmicas econômicas, sociais e políticas, algumas restritas a cada país e outras comuns a todos. De modo imediato e sumário, é possível recordar das seguintes, verificadas desde o começo do século XIX na América Latina:

- I. o crescimento numérico e a mudança do perfil da população (em termos de idade, por exemplo); assim como a sua migração, das áreas rurais para as cidades (e, em alguns casos, para outros países próximos à região);
- II. o aumento da relevância das atividades industriais e de serviços, calcadas principalmente no mercado interno, em detrimento das atividades agropecuárias e extrativas minerais, voltadas ao mercado externo;
- III. a alteração do escopo e da feição do Estado, que passou de liberal (ou *'negativa'* — no sentido de não regular as esferas econômica e social) para outra corporativa (ou *'positiva'* — no sentido de regular tais esferas) e ainda outra democrática (e também *'positiva'*) em certos períodos;
- IV. a modificação da normatividade internacional, que serviu de baliza para a nacional (como foi o caso da normatividade laboral e social, nascida na esteira da OIT a partir de 1919 ou da ONU a partir de 1945).

Um aspecto a ser ponderado no estudo das categorias analíticas de trabalho nos censos é que, diante de tantas mudanças nas dinâmicas econômicas, sociais e políticas dos países, é possível cogitar alguma comparabilidade entre as categorias presentes em cada momento do período analisado (do início do século XIX ao começo do XXI)?

Em alguma medida, essa pergunta se refere ao problema da comparabilidade entre os diversos censos em cada país. Mas ela também pode ser ampliada, para considerar o problema que surge ao se levar em conta os censos dos diversos países (COLINO, 2009; NOHLEN, 2006; RAGIN e ZARET, 1983). Ao fim e ao cabo, eles são comparáveis?

Essas perguntas são formuladas apenas com o intuito de alertar sobre os problemas de comparabilidade, quando estão envolvidos períodos longos da história de distintos países — em que pese à semelhança de todos eles, ao seguirem percursos similares em termos de expansão e urbanização populacional, industrialização e diversificação econômica, expansão e complexificação estatal etc.

Enfim, mesmo com esses problemas metodológicos, o que se pretende com a agenda de pesquisa descrita neste artigo é analisar os instrumentos e os manuais de coleta de informações dos censos, bem como estudar os resultados divulgados, enfocando o histórico de evolução das categorias analíticas de trabalho, em países latino-americanos como o Brasil, o Chile e o México, desde o início do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

- BENSUSÁN, Graciela; CARDOSO, Adalberto Moreira; SENEN, Cecília. *Instituições trabalhistas na América Latina*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- BETHELL, Leslie (Ed.). *A América Latina após 1930: economia e sociedade*. 1. ed. São Paulo: Edusp/Funag, 2000.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Mudanças estruturais no produto e emprego no Brasil: 1950-85*. São Paulo: FEA/USP, 1988.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *Desarrollo de la ciudadanía en Brasil*. 1. ed. México D. F.: Colegio de México, 1995.
- COLINO, C. *Método comparativo. Diccionario Crítico de Ciencias Sociales: Terminología Científico Social*. Madrid/México D.F.: Plaza y Valdés/Universidad Complutense de Madrid, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- IBGE. *Estatísticas do século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- INE. *Retratos de nuestra identidad: los Censos de Población en Chile y su evolución histórica hacia el bicentenario*. 1. ed. Santiago: INE, 2009.
- INEGI. *Estados Unidos Mexicanos: cien años de censos de población*. Aguascalientes: INEGI, 1996.
- NOHLEN, Dieter. *Método Comparativo. Diccionario de ciencia política: teorías, métodos, conceptos*. México D.F.: Porrúa/El Colegio de Veracruz, 2006.
- PAOLI, Maria Célia. *Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania e leis do trabalho no Brasil: 1930-1950*. Londres: London University, 1985.
- RAGIN, Charles; ZARET, David. Theory and method in comparative research: two strategies. *Social Forces*, v. 61, n. 3, p. 731-754, mar. 1983.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SENRA, Nelson de Castro. Governamentalidade: a invenção política das estatísticas. *Informare*, v. 2, n. 1, p. 88-95, jun. 1996.
- _____. A coordenação, a argumentação e a comunicação das estatísticas, vértices de um mesmo triângulo. *São Paulo em Perspectiva*, v. 12, n. 4, p. 92-98, 1998.
- _____. Informação Estatística: política, regulação, coordenação. *Ciência da Informação*, v. 28, n. 2, p. 124-135, maio 1999.
- _____. Regime e Política de Informação Estatística. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 3, p. 75-85, jul. 2002.
- _____. Pesquisa histórica das estatísticas: temas e fontes. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n. 2, p. 411-425, jun. 2008.
- _____. *Uma Breve história das estatísticas brasileiras (1822-2002)*. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- TOLEDO, Enrique de la Garza (ED.). *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*. 1. ed. México D. F.: El Colegio de México, 2000.